



Demonstrações contábeis

individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2022

BAHIA MINERAÇÃO S.A. E SUA CONTROLADA

A decorative orange shape in the bottom right corner of the page, consisting of a rounded, upward-curving form.

Índice

Relatório da administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	7
Balancos Patrimoniais	10
Demonstrações dos resultados	12
Demonstrações dos resultados abrangentes	13
Demonstrações das mutações dos patrimônios líquidos negativos	14
Demonstrações dos fluxos de caixa	15
Notas explicativas às demonstrações contábeis	17
Composição da Diretoria e Gerência Geral Financeira	54

Relatório da administração

31 DE DEZEMBRO DE 2022

(EM MILHARES DE REAIS)

Contexto operacional

A Bahia Mineração S.A. e sua controlada (“BAMIN” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída como Companhia individual em 28 de julho de 2005, e tem como objeto social a exploração e o comércio de minérios em geral, em todo o território nacional, compreendendo pesquisa, lavra e beneficiamento, prestação de serviços geológicos, importação, exportação e comércio de produtos minerais, químicos e industriais, assim como, através de sua controlada, Bahia Ferrovias S.A. (“Bahia Ferrovias”), explorar em caráter de exclusividade, por concessão onerosa, a construção e a prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura da malha ferroviária do trecho I da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (“FIOL”). A BAMIN pode também participar do capital de outras sociedades, como sócia, quotista ou acionista. A sede social da Companhia está localizada na Avenida Professor Magalhães Neto, nº 1.752, 15º andar, Pituba, Salvador, Bahia, Brasil.

Atualmente, a BAMIN tem como principal foco o desenvolvimento do Projeto Pedra de Ferro (“Projeto PdF”), que consiste na extração,

beneficiamento e comercialização de minério de ferro da jazida localizada na cidade de Caetitê, na região centro-sul do Estado da Bahia, distante aproximadamente 700 km de Salvador, capital do Estado. O minério de ferro extraído será beneficiado na planta da Companhia, que será instalada na mesma região da mina. Após o beneficiamento e enriquecimento do teor do minério, a produção será escoada pela Ferrovia de Integração Oeste Leste até o terminal portuário da BAMIN no Porto Sul, de onde a produção será exportada.

Mineração

O Pedra de Ferro é o mais importante projeto de mineração de ferro em desenvolvimento na Bahia. Na Mina Pedra de Ferro (“Mina PdF”), a BAMIN produz, de forma sustentável, dois tipos de minerais – Hematita e Itabirito, minérios com alta demanda no mercado

internacional, por sua qualidade e capacidade de redução no uso de insumos – questões relevantes para mercados maduros e mais conscientes, que desejam participar ativamente das discussões globais sobre mudanças climáticas e outros temas da agenda da sustentabilidade.

Atualmente, a Mina Pedra de Ferro opera a sua Fase 1 com produção em escala de 1 milhão de toneladas por ano de Hematita, tendo sua capacidade instalada de até 2 milhões de toneladas por ano. A expectativa e o planejamento atual preveem o início de operações em 2026 e o atingimento da capacidade produtiva de 26 milhões de toneladas em 2027. O estado da Bahia o 3º maior produtor de minério de ferro do Brasil.

A Hematita apresenta qualidade premium, com alto teor de pureza (cerca de 65% de Fe), o que permite um processo de beneficiamento a seco, reduzindo o consumo de água e a geração de rejeitos no processo de produção.

A BAMIN irá implantar uma usina de disposição de rejeitos, com filtragem e empilhamento a seco para a Mina Pedra de Ferro. Com a iniciativa, a Companhia descartará a construção de uma barragem, prevista no projeto anteriormente, e será a pioneira na Bahia na adoção da tecnologia. O projeto de alteração seguiu para análise e aprovação dos órgãos reguladores e atende a todas as Normas Brasileiras vigentes.

Os principais benefícios do projeto são:

- Maior segurança para as comunidades e para o meio ambiente: não haverá construção de barragens de rejeito;
- Maior recuperação de água: o projeto aumentou em 18% a taxa de reaproveitamento de água do processo de beneficiamento,

chegando a 90%, o que reduziu cerca de 560m³/h de captação de água para o processo.

Ferrovia

A FIOl é um dos principais projetos de infraestrutura do Brasil. Concebida em três trechos, ao ser concluída, a ferrovia conectará as cidades de Ilhéus, no estado da Bahia e Figueirópolis, no estado do Tocantins, com seus 1.527 quilômetros de extensão.

O Trecho 1 da ferrovia (“FIOl 1”) vai de Caetité a Ilhéus, passando por 19 municípios na Bahia ao longo de 537 quilômetros. Teve sua concessão adquirida em leilão pela BAMIN em abril de 2021. A Companhia investirá R\$ 3,3 bilhões para concluir as obras da ferrovia e operá-la, num período total de 35 anos, dos quais cinco anos são previstos para obras e trinta anos para operação.

A FIOl 1 é fundamental para o projeto de logística integrada da Mina Pedra de Ferro com o Porto Sul, para escoamento da produção para o mercado internacional. Ela terá capacidade de transporte de 60 milhões de toneladas anuais, dos quais a BAMIN vai utilizar 40%, disponibilizando 60% para outras cargas.

Porto

O terminal portuário Porto Sul está sendo construído no distrito de Aritaguá, do município de Ilhéus, no estado da Bahia, e será operado pela BAMIN em parceria com o governo do estado da Bahia.

Com investimento total de R\$ 4 bilhões, a construção foi iniciada em 2021 e já avançou nas obras de acesso. A ponte sobre o Rio Almada, que conecta a rodovia BA-001 à futura área industrial do porto, foi concluída ainda em

2021. A expectativa é de que, até 2026, o terminal portuário esteja operando, mesmo período em que a BAMIN começará a transportar as primeiras cargas de minério de ferro pela FIOL 1.

A partir do Porto Sul, a BAMIN exportará sua produção para o mercado internacional. Há ainda a possibilidade de disponibilizar cerca de 60% da capacidade total do terminal portuário – de até 42 milhões de toneladas – para outras cargas, como grãos, fertilizantes, combustíveis e outros bens minerais. Ele será o primeiro porto do Nordeste a receber navios com capacidade de até 220 mil toneladas.

Capital social e resultados do exercício

O capital social autorizado está representado por 11.594.969 (onze milhões, quinhentos e noventa e quatro mil e novecentas e sessenta e nove) ações, no valor de R\$ 1,00 real cada, cujo valor integralizado corresponde a R\$ 10.955 e restando o valor de R\$ 640 a integralizar.

A Companhia apurou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, prejuízo acumulado, controladora e consolidado, no montante de R\$ 1.643.549 (2021, R\$ 1.681.341) e apresentou capital circulante líquido, controladora e consolidado, no valor negativo de R\$ 26.014 e positivo de R\$ 402.835, respectivamente, (2021, negativo de R\$ 27.727 e positivo de R\$ 217.669). A Companhia conta com a intenção do Grupo ERG S.á r.l (“Grupo ERG”), através do acionista controlador Bahia Minerals B.V. (“BM BV”), para fornecer recursos necessários para a continuidade de suas atividades e projetos.

Continuidade operacional

Embora o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 seja o terceiro exercício da Companhia com impactos pela pandemia do covid-19, a BAMIN continuou a tomar medidas, de acordo com as recomendações da OMS e o Ministério da Saúde, para preservar a saúde de seus colaboradores e garantir a prevenção do contágio em suas áreas administrativas e operacionais. Vale ressaltar que a Companhia avalia que não houve impactos e/ou eventos, relacionados à covid-19, que afetassem o momento pré-operacional da Companhia, bem como o seu futuro operacional.

A Administração da Companhia elaborou as suas demonstrações contábeis com base no pressuposto de continuidade das suas operações, contando com o suporte financeiro de seu acionista controlador como garantia da liquidez necessária para fazer frente às obrigações contratuais adquiridas. A ocorrência desses eventos em sua plenitude, em um período apropriado, é considerada julgamento crítico pela Administração da Companhia.

Responsabilidade da Administração

Confirmamos com o melhor de nosso conhecimento que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia (“demonstrações contábeis”) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como, apresentamos adequadamente, em todos os aspectos

relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado das operações e os fluxos de caixa individuais e consolidados, juntamente com as descrições dos principais riscos e incertezas que a Companhia enfrenta.

Diretores

Os diretores em exercício durante o ano de 2022 e até a data de assinatura das demonstrações contábeis de 2022 encontram-se a seguir indicados.

Eduardo Ledsham
Diretor Presidente

Alexandre Aigner
Diretor

Alberto Vieira
Diretor



Edifício Guimarães Trade
Av. Tancredo Neves, 1.189
17º andar - Pituba
41820-021 - Salvador - BA - Brasil
Tel: +55 71 3501-9000
Fax: +55 71 3501-9019
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos
Acionistas e Administradores da
Bahia Mineração S.A.
Salvador - Bahia.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Bahia Mineração S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Edifício Guimarães Trade
Av. Tancredo Neves, 1.189
17º andar - Pituba
41820-021 - Salvador - BA - Brasil
Tel: +55 71 3501-9000
Fax: +55 71 3501-9019
ey.com.br

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria;



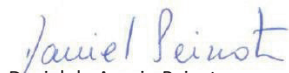
Edifício Guimarães Trade
Av. Tancredo Neves, 1.189
17º andar - Pituba
41820-021 - Salvador - BA - Brasil
Tel: +55 71 3501-9000
Fax: +55 71 3501-9019
ey.com.br

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Salvador, 24 de outubro de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O


Daniel de Araujo Peixoto
Contador CRC BA-025348/O

Balanços Patrimoniais

31 DE DEZEMBRO

(EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	52.863	16.319	515.845	273.289
Contas a receber de clientes	6	38.045	15.295	38.045	15.295
Adiantamentos	7	3.183	7.481	3.293	7.481
Estoques	8	20.958	25.843	20.958	25.843
Tributos a recuperar	9	28.885	7.930	28.885	7.930
Partes relacionadas	19	12.026	12.192	9.980	4.895
Outros ativos	10	935	1.084	3.523	3.551
		156.895	86.144	620.529	338.284
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Estoques	8	72.481	47.344	72.481	47.344
Partes relacionadas	19	17.676	21.667	17.676	21.667
Tributos a recuperar	9	3.855	320	8.552	710
Outros ativos	10	366	354	494	354
		94.378	69.685	99.203	70.075
Investimento em controlada	11	539.257	279.259	-	-
Imobilizado	12	1.747.488	1.372.115	1.821.507	1.372.858
Intangível	13	47.165	18.982	47.246	18.982
Direito de uso	14	-	-	31.483	32.730
		2.333.910	1.670.356	1.900.236	1.424.570
Total do ativo		2.585.183	1.826.185	2.619.968	1.832.929

(continuação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	15	113.297	62.474	140.377	67.440
Obrigações tributárias e sociais	16	35.515	24.574	43.220	26.352
Compromissos socioambientais	17	24.010	12.746	24.010	12.746
Obrigações com clientes	18	8.838	13.906	8.838	13.906
Outros passivos		1.249	171	1.249	171
		182.909	113.871	217.694	120.615
Não circulante					
Empréstimos	19	2.596.903	2.261.321	2.596.903	2.261.321
Compromissos socioambientais	17	5.438	12.653	5.438	12.653
Recuperação ambiental	20	83.382	78.106	83.382	78.106
Provisões	21	6.932	9.478	6.932	9.478
Outros passivos		313	325	313	325
		2.692.968	2.361.883	2.692.968	2.361.883
Total do passivo		2.875.877	2.475.754	2.910.662	2.482.498
Patrimônio líquido negativo					
Capital social	22	10.955	10.955	10.955	10.955
Contribuição ao capital	22	1.341.900	1.020.817	1.341.900	1.020.817
Prejuízos acumulados		(1.643.549)	(1.681.341)	(1.643.549)	(1.681.341)
		(290.694)	(649.569)	(290.694)	(649.569)
Total do passivo e patrimônio líquido negativo		2.585.183	1.826.185	2.619.968	1.832.929

Demonstrações dos resultados

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(EM MILHARES DE REAIS)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2022	2021	2022	2021
Receitas	23	321.394	359.626	321.394	359.626
Custo dos produtos vendidos	24	(56.806)	(117.271)	(56.806)	(117.271)
Lucro bruto		264.588	242.355	264.588	242.355
Despesas com distribuição	25	(264.588)	(242.355)	(264.588)	(242.355)
Despesas gerais e administrativas	26	(147.969)	(99.019)	(222.673)	(125.247)
Outras receitas, líquidas	27	28.944	7.996	28.738	7.995
Equivalência patrimonial	11	(36.216)	(20.029)	-	-
Resultado operacional		(419.829)	(353.407)	(458.523)	(359.607)
Receitas financeiras		331.879	168.399	370.642	174.608
Despesas financeiras		(138.846)	(276.814)	(138.915)	(276.823)
Resultado financeiro	28	193.033	(108.415)	231.727	(102.215)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		37.792	(219.467)	37.792	(219.467)
Tributos sobre o lucro		-	-	-	-
Lucro (prejuízo) do exercício		37.792	(219.467)	37.792	(219.467)

Demonstrações dos resultados abrangentes

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(EM MILHARES DE REAIS)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro (prejuízo) do exercício	37.792	(219.467)	37.792	(219.467)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	37.792	(219.467)	37.792	(219.467)

Demonstrações das mutações dos patrimônios líquidos negativos

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	Capital social	Contribuições ao capital	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2021		10.955	834.315	(1.461.874)	(616.604)
Contribuição ao capital	22	-	186.502	-	186.502
Prejuízo do exercício		-	-	(219.467)	(219.467)
Em 31 de dezembro de 2021		10.955	1.020.817	(1.681.341)	(649.569)
Contribuição ao capital	22	-	321.083	-	321.083
Lucro do exercício		-	-	37.792	37.792
Em 31 de dezembro de 2022		10.955	1.341.900	(1.643.549)	(290.694)

Demonstrações dos fluxos de caixa

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) do exercício		37.792	(219.467)	37.792	(219.467)
Ajustes para reconciliação do lucro (prejuízo) do exercício					
Depreciação e amortização		5.764	4.237	5.861	4.237
Ganho com ativo intangível	13	(27.276)	-	(27.276)	-
Provisões de contingências	27	(3.319)	(9.673)	(3.319)	(9.673)
Reversões de provisões de contingências	27	773	1.422	773	1.422
Recuperação de despesas gerais e administrativas		(4.373)	(415)	(4.373)	(415)
Equivalência patrimonial	11	36.216	20.029	-	-
Juros e variação cambial, líquidos de capitalização	28	(201.622)	113.870	(201.622)	113.870
Variações no capital circulante					
Estoques	9	(20.251)	(49.026)	(20.251)	(49.026)
Contas a receber	6	(22.750)	(12.910)	(22.750)	(12.910)
Partes relacionadas	18	(1.867)	(9.413)	(7.118)	(2.116)
Tributos a recuperar	8	(24.489)	(6.912)	(28.796)	(7.302)
Outros		5.481	(7.295)	2.133	(9.761)
Fornecedores	15	55.214	36.493	77.328	41.459
Obrigações tributárias e sociais	16	10.941	12.488	16.868	14.266
Obrigações com clientes	18	(5.068)	13.906	(5.068)	13.906
Compromissos socioambientais	17	11.159	10.041	11.159	10.041
Caixa líquido usado para atividades operacionais		(147.675)	(102.625)	(168.659)	(111.469)

(continuação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Adições em investimentos	11	(296.215)	(299.287)	-	-
Aquisição de imobilizado	12	(302.359)	(74.213)	(371.491)	(74.956)
Aquisição de intangível	13	(1.700)	(1.017)	(1.787)	(1.017)
Aquisição de direito de uso	14	-	-	-	(32.730)
Caixa líquido usado para atividades de investimento		(600.274)	(374.517)	(373.278)	(108.703)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos junto a partes relacionadas	19 (b)	463.410	301.646	463.410	301.646
Contribuições ao capital de partes relacionadas	19 (b)	321.083	186.502	321.083	186.502
Caixa líquido gerado das atividades de financiamento		784.493	488.148	784.493	488.148
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		36.544	11.006	242.556	267.976
Caixa e equivalentes de caixa no início de exercício	5	16.319	5.313	273.289	5.313
Caixa e equivalentes de caixa no final de exercício	5	52.863	16.319	515.845	273.289

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 DE DEZEMBRO DE 2022

(EM MILHARES DE REAIS)

1. Contexto Operacional

A Bahia Mineração S.A. (“BAMIN” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 28 de julho de 2005, e tem como objeto social a exploração e o comércio de minérios em geral, em todo o território nacional, compreendendo pesquisa, lavra e beneficiamento, prestação de serviços geológicos, importação, exportação e comércio de produtos minerais, químicos e industriais, assim como, através de sua controlada, a Bahia Ferrovias S.A. (“Bahia Ferrovias”), explorar em caráter de exclusividade, por concessão onerosa, a construção e a prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura da malha ferroviária do trecho I da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (“FIOL”). A BAMIN pode também participar do capital de outras sociedades, como sócia, quotista ou acionista. A sede social da Companhia está localizada na Avenida Professor Magalhães Neto, nº 1.752, 15º andar, Pituba, Salvador, Bahia, Brasil.

(a) Impactos do covid-19 (Coronavírus)

Embora o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 seja o terceiro exercício social com impactos pela pandemia do covid-19, a Companhia e sua controlada continuou a tomar medidas, de acordo com as recomendações da OMS e o Ministério da Saúde, para preservar a saúde de seus colaboradores e garantir a prevenção do contágio em suas áreas administrativas e operacionais. Vale ressaltar que a Companhia e sua controlada avaliam que não houve impactos e/ou eventos, relacionados ao covid-19, que afetassem o momento pré-operacional da Companhia e sua controlada, bem como o seu futuro operacional.

(b) Aprovação das demonstrações contábeis

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 24 de outubro de 2023.

2. Políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas (“demonstrações contábeis”) foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir perdas ou ganhos com valor justo de alguns instrumentos financeiros.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia, no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota 3.

2.2 Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da BAMIN e sua controlada em 31 de dezembro de 2022. O controle obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos da Companhia em sua controlada são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

A base de consolidação da BAMIN, inclui as demonstrações contábeis da Bahia Ferrovias que é uma sociedade anônima com o objetivo de explorar, em caráter de exclusividade, por concessão onerosa, a construção e a prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas, associadas à exploração da infraestrutura da malha ferroviária da EF-334, no trecho compreendido entre Ilhéus e Caetité, no estado da Bahia, com extensão de 537 km (“FIOL 1”), nos termos, prazos e condições estabelecidos no Contrato de Subconcessão entre a Companhia e a Agência Nacional de Transportes

Terrestres (“ANTT”). A Companhia detém 100% do capital social da Bahia Ferrovias.

2.3 Novas normas, interpretações e revisões emitidas

O IASB trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 01 de janeiro de 2023 com a convergência dos pronunciamentos pelo CPC, sendo:

- CPC 50 / IFRS 17 - Contratos de seguros.

A Administração da Companhia e sua controlada avaliaram que não há impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações contábeis, na medida que os normativos estiverem regulamentados.

2.4 Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia e sua controlada atuam (“moeda funcional”). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (“R\$”), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e sua controlada.

(b) Transações e saldos

As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação. Os ganhos e as perdas cambiais incorridos nessas transações e na conversão pelas taxas de câmbio do final do

exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado do exercício como “outras receitas, líquidas”.

2.5 Ativos financeiros

A Companhia classifica, mensura e reconhece seus ativos financeiros sob a categoria “mensurados ao custo amortizado”. A classificação de ativos financeiros é geralmente baseada no modelo de negócios adotado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

(a) Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

(b) Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Subsequentemente, serão mensurados pelo custo amortizado com base na taxa efetiva de juros.

(c) Impairment

A Companhia tem os seguintes tipos de ativos financeiros sujeitos à perda esperada de crédito estabelecida pelo IFRS 9 / CPC 48:

- Caixa e equivalente de caixa;
- Contas a receber de clientes; e
- Empréstimos concedidos para partes relacionadas.

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos ativos financeiros registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.7 Contas a receber de clientes

Contas a receber de clientes apresentam os valores a receber pela venda de minério de ferro da Companhia e é reconhecido ao valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 para mensurar as perdas de crédito esperadas, utilizando uma matriz de provisão baseada nas perdas esperadas para todo o saldo de contas a receber. No entanto, a Companhia não apresenta histórico de perdas com contas a receber de clientes ou indicativos de

perdas e desta forma não reconhece perdas para contas a receber de clientes.

2.8 Estoques

Os estoques são demonstrados ao menor valor entre custo e o valor líquido de realização. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel e incluem todos os custos incorridos no curso normal das operações para trazer os produtos até o local e condição atual.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem os custos de produção, extração, mão de obra direta, depreciação, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade da Companhia), excluindo os custos de empréstimos.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Uma vez que a Companhia se encontra em fase de desenvolvimento, a formação de estoque tem como objetivo a evolução da escala do processo produtivo e a apresentação para um mercado ativo de *commodities*¹ de minério de ferro, produto gerado pela Companhia. Ou seja, apresentar um minério de ferro com alta qualidade e produzido sobre as melhores práticas de sustentabilidade.

¹ *Commodities* é o plural do termo *commodity*, em inglês, que corresponde a produtos básicos globais não industrializados, ou seja, matérias-primas que não se diferem independente de quem as produziu ou de sua origem, sendo seu preço uniformemente determinado pela oferta e procura internacional.

Os estoques classificados no ativo circulante são aqueles que a Companhia espera comercializar até o final do exercício subsequente. Já os produtos mantidos no ativo não circulante são os produtos que a Companhia espera beneficiar e comercializador após a construção e instalação da usina de beneficiamento da Mina PdF. Os estudos mais recentes demonstram que o projeto terá o início da produção, em capacidade plena, previsto para o final de 2027.

2.9 Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, do país em que a entidade atua e gera lucro tributável.

2.10 Imobilizado

(a) Reconhecimento e mensuração

Terrenos, edificações, máquinas e equipamentos, veículos, computadores periféricos, móveis e utensílios e instalações (principalmente os escritórios) são demonstrados pelo custo histórico.

O custo histórico do ativo imobilizado inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e, quando aplicável, também pode incluir os custos de empréstimos, incluindo os juros incorridos provenientes dos empréstimos em moeda estrangeira, que se qualifiquem como encargos financeiros da operação, necessários à formação de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item sejam gerados

e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é registrado como despesa se os critérios de reconhecimento de imobilizado não são cumpridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, quando aplicável, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são reconhecidos em “despesas gerais e administrativas” na demonstração do resultado.

(b) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os terrenos não são depreciados e a depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus respectivos valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

- Edificações e instalações: de 10 a 60 anos;
- Máquinas e equipamentos: de 5 a 30 anos; e
- Outros ativos: de 2 a 30 anos.

(c) Direito de uso

Em conformidade com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

(d) Ativos em construção

Compreendem os ativos minerais, os gastos incorridos na fase de exploração e avaliação, bem como os gastos referentes ao desenvolvimento da infraestrutura da Mina PdF em Caetité e do Porto Sul em Ilhéus, que subsequentemente serão reconhecidos no ativo pronto para uso quando a mina e o porto começarem a produzir e a operar de acordo com o propósito pretendido pela Administração da Companhia.

A Companhia capitaliza os gastos referentes ao desenvolvimento da infraestrutura da Mina PdF e do Porto Sul, esses gastos podem basicamente serem elencados como: prospecção, geologia, topografia, sondagem, salários e encargos, consultoria e assessórios, estudos técnicos e outros gastos acessórios.

Gastos relacionados ao desenvolvimento da escala produtiva da Companhia, através da abordagem margem líquida igual a zero, também formam o ativo em construção. Uma vez que as atividades da fase de desenvolvimento da Companhia contribuem para desenvolvimento da infraestrutura do Projeto PdF.

A capitalização dos gastos referentes ao desenvolvimento da infraestrutura da Mina PdF e do Porto Sul, inclui também os custos de empréstimos. Ou seja, os juros provenientes das operações de empréstimos entre partes relacionadas, em moeda estrangeira, que se qualifiquem como encargos financeiros das operações, são parte da formação do ativo em construção da Companhia.

2.11 Intangível

(a) Softwares

As licenças de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a dez anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa conforme incorridos.

(b) Direitos minerários

Os direitos minerários são avaliados pelo valor de custo de aquisição e sujeitos a testes de recuperação (*impairment*). A amortização dos direitos minerários será calculada pelo período de vida útil estimado da mina com base na relação obtida entre a produção efetiva e o montante total das reservas provadas.

2.12 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização ou depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o maior entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Em caso de ativos relacionados à exploração mineral, as estimativas utilizadas para a verificação de *impairment* são revisadas com base no Estudo de viabilidade econômica, denominado *Bankable Feasibility Study* (“BFS”), referente ao Projeto Pedra de Ferro, e que atende aos requerimentos de avaliação de *impairment* mencionados no CPC 01 / IAS 36. Os fluxos de caixa contidos no BFS são baseados em:

- Estimativas de capacidade de produção da mina de minério de ferro do projeto;
- Níveis de produção futuros de minério de ferro;
- Estimativas futuras da cotação de preços do minério de ferro no mercado ativo; e
- Custos futuros de produção, gastos com investimentos na mina, gastos com restauração da área a ser explorada, e gastos com danos ambientais.

A Administração avaliou possíveis perdas de valor recuperável dos seus ativos e não identificou efeitos nos exercícios apresentados.

2.13 Fornecedores

Fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses após a data de emissão do balanço. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

As obrigações a pagar são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método de taxa de juros efetiva.

2.14 Empréstimos

Os empréstimos tomados com partes relacionadas são apresentados pelos valores em moeda estrangeira, convertidos para reais na data do balanço. Tais empréstimos foram reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, sendo que não ocorreram custos da transação na sua aquisição e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. A despesa de juros sobre empréstimos é reconhecida no resultado através do método da taxa efetiva de juros.

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos dos empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo.

A Companhia é parte em contratos de *Profit Participating Loans* (“PPL”) com seu acionista controlador e com as subsidiárias de seu acionista controlador. Os recursos recebidos sob os contratos de PPL representam empréstimos e contribuições ao capital. A diferença entre o valor dos empréstimos reconhecidos pelo valor justo

no momento inicial e o montante recebido sob os contratos de PPL é reconhecida como uma contribuição ao capital no patrimônio líquido.

2.15 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos passados. E ainda assim, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor que foi estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação dessas obrigações é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do tributo, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A Companhia encontra-se em fase de desenvolvimento e não possui receitas ou rendas sujeitas à tributação pelo imposto de renda ou contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos podem ser calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A Companhia é beneficiada pelo regime de redução de 75% do imposto de renda, com início em 2022 e término em 2031, conforme laudo constitutivo de número 0122/2021, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

O imposto de renda e contribuição social, diferidos ativos, serão reconhecidos somente na proporção em que o lucro tributável futuro seja provável e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

A Companhia decidiu por não reconhecer os impostos diferidos ativos, tendo em vista encontrar-se em fase de desenvolvimento e por não apresentar histórico de lucros tributáveis.

2.17 Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

2.18 Reconhecimento da receita

(a) *Receita de venda de minério de ferro em fase de desenvolvimento*

A receita é reconhecida quando o controle do produto é transferido para o cliente.

Geralmente, algumas *commodities* entregues aos clientes são precificadas provisoriamente na data em que a receita é reconhecida. Os ajustes sobre receita são tratados de acordo com o CPC 48 / IFRS 9 “Instrumentos Financeiros” e não são tratados sob o CPC 47 / IFRS 15 “Receita de contrato com cliente”, portanto, as regras do CPC 47 / IFRS 15 sobre receita de contrato com cliente com contraprestação variável não se aplicam. Esses ajustes, portanto, representam receitas de outras fontes que não os contratos com clientes.

A Companhia reconhece a receita de vendas pelo valor justo estimado da contraprestação total a receber, sendo a abordagem de precificação provisória embutida nesses contratos, de venda de produto, caracterizada como um derivativo. Desta forma, o valor justo do ajuste final do preço de venda é reavaliado de forma contínua e as flutuações no valor justo são reconhecidas como receita de venda na demonstração do resultado do exercício.

Todas as receitas de vendas da Companhia são decorrentes da fase de desenvolvimento do Projeto PdF. A Companhia aplica uma abordagem contábil de reconhecimento de custos e gastos logísticos, equivalentes às receitas de vendas da fase de desenvolvimento do Projeto PdF (nota 2.19). Para aplicação desta abordagem contábil, as receitas de vendas da Companhia são reconhecidas no resultado do exercício.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado calculada utilizando o método da

taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros.

A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas).

2.19 Custos dos produtos vendidos

Os custos de produção de itens de estoque vendidos antes da Mina PdF estar pronta para o uso pretendido pela Administração da Companhia são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o CPC 16 / IAS 2. No entanto, como os custos relacionados ao uso do ativo Mina PdF não estão refletidos na produção dos estoques, e as receitas de vendas são decorrentes da fase de desenvolvimento do Projeto PdF, a Companhia aplica uma abordagem contábil de reconhecimento de custos e gastos logísticos, equivalentes às receitas de vendas da fase de desenvolvimento do Projeto PdF, reconhecidas no resultado do exercício, como parte dos gastos (ou deduções dos gastos) decorrentes do desenvolvimento da infraestrutura do Projeto PdF.

2.20 Despesas de distribuição

Os gastos logísticos são todas as despesas relativas ao esforço de distribuição da Companhia para gerar a venda de produtos de minério de ferro, ou seja, incorrem quando os produtos de minério de ferro encontram-se nas condições físicas e químicas finais para venda ao

cliente final. Por conta da representatividade das despesas de distribuição, a Companhia apresenta o reconhecimento das despesas de distribuição em classificação específica na sua demonstração de resultado.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas, que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos para o próximo exercício financeiro, estão descritas a seguir:

(a) Continuidade operacional

A Administração da Companhia elaborou suas demonstrações contábeis no pressuposto de continuidade das suas operações e considera o suporte financeiro de seu acionista controlador para garantir que a liquidez esteja adequada e disponível para atender às obrigações contratuais e para obter recursos adicionais quando necessário. A ocorrência desses eventos em sua plenitude, em um período apropriado, é considerada julgamentos críticos pela Administração da Companhia.

(b) Taxa de juros sobre empréstimos

As transações de empréstimos, necessárias para a liquidação das obrigações da

Companhia, não prevê a incidência de juros. Com isso, o valor justo reconhecido pela Companhia busca refletir o custo de captação de recursos em um ambiente de livre concorrência, onde a taxa de desconto utilizada deve refletir as avaliações atuais do mercado, do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos das transações.

(c) Subconcessão da FIOI

A Bahia Ferrovias, companhia controlada pela BAMIN, está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de subconcessão da malha ferroviária. Os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito do CPC 27 / IAS 16 - "Ativo Imobilizado", a Interpretação ICPC 01 (R1), CPC 04 (R1) / IAS 38 - "Ativo Intangível" e a Orientação OCPC 05 - "Contratos de Concessão".

O ativo de direito do uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor inicial mensurado, ajustado por quaisquer pagamentos até a data de início, somados a quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo subconcessionário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo subconcessionário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições da subconcessão, menos quaisquer incentivos recebidos.

O contrato de subconcessão será extinto por: término do prazo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência; ou extinção da concessionária.

Na eventualidade de ocorrer extinção da subconcessão, todos os bens serão revertidos

para a VALEC (empresa pública, controlada pela União através do Ministério da Infraestrutura do Brasil), livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos e cessarão para a Companhia todos os direitos emergentes do contrato de subconcessão.

No final do Contrato de Subconcessão, os bens de propriedade da subcessionária e aqueles resultantes de investimentos por ela efetivados em bens arrendados, necessários para a continuidade da prestação do serviço de transporte ferroviário e vinculados à subconcessão, poderão, mediante declaração de reversibilidade e devida indenização dos investimentos realizados por parte do Poder Concedente, passar a integrar o patrimônio da União, conforme prevê o Contrato de Subconcessão.

(d) Perda (impairment) do intangível

O intangível da Companhia de direitos minerários e contratos de servidão são revisados anualmente para verificar se há indicativos de *impairment* ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. Uma perda por *impairment* será reconhecida pela diferença entre valor contábil do ativo excedente e o valor recuperável verificado.

Os direitos minerários da Companhia correspondem aos processos de pesquisa e estudo mineral concedidos pela Agência Nacional de Mineração (“ANM”), compostos pelo custo histórico de pesquisa, consultorias técnicas e sondagens, cuja amortização será iniciada quando começar a produção mineral, e em prazo que corresponderá à vida útil estimada da reservada Mina PdF.

(e) Receita de vendas precificada provisoriamente

A Companhia reconhece a receita de vendas pelo valor justo estimado da contraprestação total a receber, sendo a abordagem de precificação provisória embutida nesses contratos, de venda de produto, caracterizada como um derivativo. Desta forma, o valor justo do ajuste final do preço de venda é reavaliado de forma contínua e as flutuações no valor justo são reconhecidas como receita de venda na demonstração do resultado do exercício.

4. Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de moeda, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A Administração identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de moeda

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação das taxas de câmbio. As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros não-derivativos a essa variável são apresentadas a seguir:

(I) SELEÇÃO DOS RISCOS

A Companhia selecionou o risco de mercado que mais pode afetar o valor dos instrumentos financeiros por ela detidos, que é a taxa de câmbio dólar-real.

Para efeito da análise de sensibilidade a riscos, a Companhia apresenta a exposição à moeda como se fosse independente, ou seja, sem refletir na exposição a uma taxa de câmbio, os riscos de variação de outras taxas de câmbio que poderiam ser indiretamente influenciadas por ela.

(II) SELEÇÃO DOS CENÁRIOS

A Companhia considera três cenários na análise de sensibilidade. Além de uma variação considerada razoável, outros dois cenários que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Na elaboração dos cenários adversos, a Companhia considerou apenas o impacto das variáveis sobre os instrumentos financeiros. Não foi considerado o impacto global nas atividades da Companhia.

O cenário razoável considerado foi de mesma variação percentual do dólar-real, enquanto que foi considerada uma alta para a taxa de câmbio dólar-real de 25% e de 50% para os cenários adicionais adversos, da cotação do dólar em relação ao dólar de fechamento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de variações do valor dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

(III) SENSIBILIDADE À TAXA DE CÂMBIO DÓLAR-REAL

A sensibilidade de cada instrumento financeiro à variação da taxa de câmbio dólar-real, é apresentada na tabela abaixo:

	Valor justo em US\$	Taxa de câmbio em 31.12.2022	Cenário razoável	Cenário adverso I (25%)	Cenário adverso II (50%)
Empréstimos com partes relacionadas (passivo)	544.939	5,2177	2.596.903	3.246.129	3.895.355
Impacto no resultado do período (despesa)			-	(649.226)	(1.298.452)

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre substancialmente de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito de partes relacionadas.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante os exercícios, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

(c) Risco de liquidez

A Administração monitora as previsões contínuas das necessidades de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades de suas atividades. Essa condição é obtida, essencialmente, pela obtenção de recursos financeiros de seu acionista controlador.

(d) Instrumentos financeiros por categoria

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas, fornecedores, obrigações com clientes e empréstimos e financiamentos.

Ativos	Categoria	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	Ao custo amortizado	52.863	16.319	515.845	273.288
Contas a receber de clientes	Ao custo amortizado	38.045	15.295	38.045	15.295
Partes relacionadas	Ao custo amortizado	29.703	33.859	27.657	26.562
		120.611	65.473	581.547	315.145
Passivos	Categoria				
Empréstimos	Ao custo amortizado	2.596.903	2.261.321	2.594.857	2.261.321
Fornecedores	Ao custo amortizado	113.297	62.474	140.377	67.440
Obrigações com clientes	Ao custo amortizado	8.838	13.906	8.838	13.906
		2.719.038	2.337.701	2.744.072	2.342.667

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma liquidação ou venda forçada. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não havia diferença significativa entre os valores contábeis e os de mercado para os instrumentos financeiros da Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Aplicações financeiras de curto prazo	52.649	15.245	515.585	268.155
Depósitos bancários à vista	193	1.051	236	5.110
Recursos em caixa	21	23	24	24
	52.863	16.319	515.845	273.289

As aplicações financeiras, de risco baixo de crédito, referem-se substancialmente às aplicações em Operações Compromissadas, Certificado de Depósito Bancário (CDB-DI), com liquidez diária (disponível para saques e transferências), com rentabilidade vinculadas aos Certificados de Depósitos Interbancários (“CDI”).

6. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Mercado interno	-	10.981	-	10.981
Mercado externo	38.045	4.314	38.045	4.314
	38.045	15.295	38.045	15.295

Os contratos de vendas de produtos são sujeitos à precificação provisória, conforme nota 2.18 (a) e nota 3 (e).

A Companhia não apresenta histórico de inadimplência com contas a receber de clientes ou indicativos de perdas. Desta forma, não reconhece perdas para contas a receber de clientes.

7. Adiantamentos

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fornecedores	2.723	7.255	2.723	7.255
Empregados	460	226	570	226
	3.183	7.481	3.293	7.481

8. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Minério bruto	72.481	47.649	72.481	47.649
Produto processado	17.115	23.484	17.115	23.484
Produto em processamento	3.843	2.054	3.843	2.054
	93.439	73.187	93.439	73.187
(-) Circulante	(20.958)	(25.843)	(20.958)	(25.843)
Não circulante	72.481	47.344	72.481	47.344

9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
PIS ² e COFINS ³ não cumulativo (i)	26.633	6.048	26.633	6.048
CFEM ⁴ a recuperar	3.278	-	3.278	-
ISS ⁵ a recuperar	1.178	262	1.178	262
IRRF ⁶ sobre aplicações financeiras	1.058	362	5.755	752
	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
ICMS ⁷ a recuperar	493	1.573	493	1.573
Outros tributos a recuperar	100	5	100	5
	32.740	8.250	37.437	8.640
(-) Circulante	(28.885)	(7.930)	(28.885)	(7.930)
Não circulante	3.855	320	8.552	710

(i) Créditos tributários decorrentes, principalmente, da evolução das obras de construção de infraestruturas do Porto Sul e das atividades de desenvolvimento da Mina PdF.

² Programa de Integração Social.

³ Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

⁴ Compensação Financeira pela Exploração Mineral.

⁵ Imposto Sobre Serviços.

⁶ Imposto de Renda Retido na Fonte.

⁷ Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.

10. Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Seguros a apropriar	384	811	2.945	3.277
Depósitos recursais	366	295	493	295
Créditos com terceiros	551	273	578	273
Cauções contratuais	-	59	1	60
	1.301	1.438	4.017	3.905
(-) Circulante	(935)	(1.084)	(3.523)	(3.551)
Não circulante	366	354	494	354

11. Investimentos em controladas

As principais informações sobre a Bahia Ferrovias, empresa controlada pela BAMIN, estão apresentadas na página seguinte:

(a) Participação em controlada

Investida	Atividade principal	Controle	Participação		Controladora		Consolidado	
			2022	2021	2022	2021	2022	2021
Bahia Ferrovias S.A.	Logística	Controlada	100%	100%	539.257	279.259	-	-

(b) Posição financeira da controlada

Controlada	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Prejuízo acumulado
Bahia Ferrovias S.A.	465.680	105.584	36.831	-	539.257	56.245

(c) Movimentação dos investimentos em controlada

Controlada	Saldo em dezembro 2021	Equivalência patrimonial			Saldo em dezembro 2022
		Resultado do exercício	Resultado abrangente	Aporte de capital social	
Bahia Ferrovias S.A.	279.259	(36.216)	-	296.215	539.257

12. Imobilizado

	Controladora					
	Terrenos	Edificações e instalações	Equipamentos	Ativos em construção (nota 2.10 (d))	Outros	Total
Custo						
Em 1º de janeiro de 2021	44.617	13.055	16.533	1.143.993	9.688	1.227.886
Adições	11.867	9.650	1.762	92.368	1.466	117.113
Custo de empréstimos	-	-	-	51.801	-	51.801
Em 31 de dezembro de 2021	56.484	22.705	18.295	1.288.162	11.154	1.396.800
Depreciação acumulada						
Em 1º de janeiro de 2021	-	(3.141)	(8.656)	-	(6.893)	(18.690)
Depreciação	-	(4.450)	(864)	-	(681)	(5.995)
Em 31 de dezembro de 2021	-	(7.591)	(9.520)	-	(7.574)	(24.685)
Saldo contábil em 31 de dezembro de 2021						
Custo total	56.484	22.705	18.295	1.288.162	11.154	1.396.800
Depreciação acumulada	-	(7.591)	(9.520)	-	(7.574)	(24.685)
	56.484	15.114	8.775	1.288.162	3.580	1.372.115

(continuação)

	Controladora					
	Terrenos	Edificações e instalações	Equipamentos	Ativos em construção (nota 2.10 (d))	Outros	Total
Custo						
Em 1º de janeiro de 2022	56.484	22.705	18.295	1.288.162	11.154	1.396.800
Adições	2.407	8.348	2.464	272.976	6.048	292.243
Custo de empréstimos	-	-	-	88.100	-	88.100
Em 31 de dezembro de 2022	58.891	31.053	20.759	1.649.238	17.202	1.777.143
Depreciação acumulada						
Em 1º de janeiro de 2022	-	(7.591)	(9.520)	-	(7.574)	(24.685)
Depreciação	-	(2.828)	(1.058)	-	(1.084)	(4.970)
Em 31 de dezembro de 2022	-	(10.419)	(10.578)	-	(8.658)	(29.655)
Saldo contábil em 31 de dezembro de 2022						
Custo total	58.891	31.053	20.759	1.649.238	17.202	1.777.143
Depreciação acumulada	-	(10.419)	(10.578)	-	(8.658)	(29.655)
	58.891	20.634	10.181	1.649.238	8.544	1.747.488

(continuação)

	Consolidado					
	Terrenos	Edificações e instalações	Equipamentos	Ativos em construção (nota 2.10 (d))	Outros	Total
Custo						
Em 1º de janeiro de 2021	44.617	13.055	16.533	1.143.993	9.688	1.227.886
Adições	11.867	9.650	1.762	92.368	2.209	117.856
Custo de empréstimos	-	-	-	51.801	-	51.801
Em 31 de dezembro de 2021	56.484	22.705	18.295	1.288.162	11.897	1.397.543
Depreciação acumulada						
Em 1º de janeiro de 2021	-	(3.141)	(8.656)	-	(6.893)	(18.690)
Depreciação	-	(4.450)	(864)	-	(681)	(5.995)
Em 31 de dezembro de 2021	-	(7.591)	(9.520)	-	(7.574)	(24.685)
Saldo contábil em 31 de dezembro de 2021						
Custo total	56.484	22.705	18.295	1.288.162	11.897	1.397.543
Depreciação acumulada	-	(7.591)	(9.520)	-	(7.574)	(24.685)
	56.484	15.114	8.775	1.288.162	4.323	1.372.858

(continuação)

	Consolidado					
	Terrenos	Edificações e instalações	Equipamentos	Ativos em construção (nota 2.10 (d))	Outros	Total
Custo						
Em 1º de janeiro de 2022	56.484	22.705	18.295	1.288.162	11.897	1.397.543
Adições	2.407	10.352	2.668	342.957	7.227	365.611
Custo de empréstimos	-	-	-	88.100	-	88.100
Em 31 de dezembro de 2022	58.891	33.057	20.963	1.719.219	19.124	1.851.254
Depreciação acumulada						
Em 1º de janeiro de 2022	-	(7.591)	(9.520)	-	(7.574)	(24.685)
Depreciação	-	(2.829)	(1.066)	-	(1.167)	(5.062)
Em 31 de dezembro de 2022	-	(10.420)	(10.586)	-	(8.741)	(29.747)
Saldo contábil em 31 de dezembro de 2022						
Custo total	58.891	33.057	20.963	1.719.219	19.124	1.851.254
Depreciação acumulada	-	(10.420)	(10.586)	-	(8.741)	(29.747)
	58.891	22.637	10.377	1.719.219	10.383	1.821.507

13. Intangível

	Controladora				Total
	Marcas corporativas	Direitos minerários	Softwares	Contratos de servidão	
Custo					
Em 1º de janeiro de 2021	5	11.430	8.397	5.472	25.304
Adições	-	-	884	81	965
Em 31 de dezembro de 2021	5	11.430	9.281	5.553	26.269
Amortização acumulada					
Em 1º de janeiro de 2021	-	-	(6.702)	(10)	(6.712)
Amortizações	-	-	(554)	(21)	(575)
Em 31 de dezembro de 2021	-	-	(7.256)	(31)	(7.287)
Saldo contábil em 31 de dezembro de 2021					
Custo total	5	11.430	9.281	5.553	26.269
Amortização acumulada	-	-	(7.256)	(31)	(7.287)
	5	11.430	2.025	5.522	18.982

(continuação)

	Controladora				Total
	Marcas corporativas	Direitos minerários	Softwares	Contratos de servidão	
Custo					
Em 1º de janeiro de 2022	5	11.430	9.281	5.553	26.269
Adições (i)	-	28.371	582	24	28.977
Em 31 de dezembro de 2022	5	39.801	9.863	5.577	55.246
Amortização acumulada					
Em 1º de janeiro de 2022	-	-	(7.256)	(31)	(7.287)
Amortizações	-	-	(743)	(51)	(794)
Em 31 de dezembro de 2022	-	-	(7.999)	(82)	(8.081)
Saldo contábil em 31 de dezembro de 2022					
Custo total	5	39.801	9.863	5.577	55.246
Amortização acumulada	-	-	(7.999)	(82)	(8.081)
	5	39.801	1.864	5.495	47.165

(continuação)

	Controladora				Total
	Marcas corporativas	Direitos minerários	Softwares	Contratos de servidão	
Custo					
Em 1º de janeiro de 2021	5	11.430	8.397	5.472	25.304
Adições	-	-	884	81	965
Em 31 de dezembro de 2021	5	11.430	9.281	5.553	26.269
Amortização acumulada					
Em 1º de janeiro de 2021	-	-	(6.702)	(10)	(6.712)
Amortizações	-	-	(554)	(21)	(575)
Em 31 de dezembro de 2021	-	-	(7.256)	(31)	(7.287)
Saldo contábil em 31 de dezembro de 2021					
Custo total	5	11.430	9.281	5.553	26.269
Amortização acumulada	-	-	(7.256)	(31)	(7.287)
	5	11.430	2.025	5.522	18.982

(continuação)

	Controladora				Total
	Marcas corporativas	Direitos minerários	Softwares	Contratos de servidão	
Custo					
Em 1º de janeiro de 2022	5	11.430	9.281	5.553	26.269
Adições	-	28.371	668	24	29.063
Em 31 de dezembro de 2022	5	39.801	9.949	5.577	55.332
Amortização acumulada					
Em 1º de janeiro de 2022	-	-	(7.256)	(31)	(7.287)
Amortizações	-	-	(748)	(51)	(799)
Em 31 de dezembro de 2022	-	-	(8.004)	(82)	(8.086)
Saldo contábil em 31 de dezembro de 2022					
Custo total	5	39.801	9.949	5.577	55.332
Amortização acumulada	-	-	(8.004)	(82)	(8.086)
	5	39.801	1.945	5.495	47.246

(i) O montante de R\$ 28.371 corresponde: (a) direitos minerários adquiridos através de cessão não onerosa no montante de R\$ 27.276 entre a Companhia e a parte relacionada Pedra Cinza; e (b) direitos minerários adquiridos através contrato de compra e venda no montante de R\$ 1.095 entre a Companhia e uma entidade privada não relacionada com a Companhia.

14. Direito de uso

	Controladora		Consolidado	
	Outorga da subconcessão (i)	Total	Outorga da subconcessão (i)	Total
Custo				
Adições	-	-	32.730	32.730
Em 31 de dezembro de 2021	-	-	32.730	32.730
Saldo contábil em 31 de dezembro de 2021				
Custo total	-	-	32.730	32.730
	-	-	32.730	32.730
Custo				
Em 1º de janeiro de 2022	-	-	32.730	32.730
Em 31 de dezembro de 2022	-	-	32.730	32.730
Amortização acumulada				
Em 1º de janeiro de 2022	-	-	-	-
Amortizações	-	-	(1.247)	(1.247)
Em 31 de dezembro de 2022	-	-	(1.247)	(1.247)
Saldo contábil em 31 de dezembro de 2022				
Custo total	-	-	32.730	32.730
Amortização acumulada	-	-	(1.247)	(1.247)
	-	-	31.483	31.483

(i) O Contrato de Subconcessão da FIOL, da controlada Bahia Ferrovias, no qual a outorga da subconcessão representa o custo incremental de obtenção da subconcessão que não teria sido incorrido se o negócio não tivesse sido obtido. Desta maneira, a outorga da subconcessão representa um direito de uso da malha ferroviária. A Bahia Ferrovias tem cinco anos, a contar da data de assunção do contrato, para início das operações. Assim, o prazo da amortização dos ativos de direito de uso é de trinta anos, finalizando, com o fim do contrato, em 03 de setembro de 2055.

15. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Construções, equipamentos e manutenções	46.146	19.838	51.205	19.838
Consultorias técnicas	36.784	17.395	52.840	18.702
Serviços de operação e logística	19.825	15.399	19.825	15.399
Terrenos a pagar	5.000	5.000	5.000	5.000
Outros	5.542	4.842	11.507	8.501
	113.297	62.474	140.377	67.440

A evolução de contas a pagar com fornecedores se refere principalmente a evolução das obras de construção de infraestruturas do Porto Sul e das atividades de desenvolvimento da Mina PdF.

16. Obrigações tributárias e sociais

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Programa de participação nos resultados	19.530	10.215	23.536	11.111
Provisão de férias	6.594	4.111	7.784	4.345
Tributos trabalhistas	3.638	2.106	4.327	2.411
Tributos sobre faturamento	1.983	3.214	1.983	3.214
Tributos retidos sobre serviços	3.770	4.805	5.339	5.148
Outros	-	123	251	123
	35.515	24.574	43.220	26.352

17. Compromissos socioambientais

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Termo de compromisso socioambiental	35.190	35.190	35.190	35.190
(+) Ajuste de valor justo e inflação acumulados	11.142	7.093	11.142	7.093
(-) Pagamentos totais acumulados	(16.884)	(16.884)	(16.884)	(16.884)
	29.448	25.399	29.448	25.399
(-) Circulante	(24.010)	(12.746)	(24.010)	(12.746)
Não circulante	5.438	12.653	5.438	12.653

O Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual da Bahia, Estado da Bahia (por meio da Casa Civil e da Secretaria de Meio Ambiente (“SEMA”)), Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (“INEMA”), Município de Ilhéus, juntamente com a Companhia resolveram celebrar o Termo de Compromisso Socioambiental (“TCSA”).

O acordo visa a previsibilidade e o consenso entre as partes, em relação às compensações socioambientais a serem implementadas na região onde serão construídas as futuras instalações do Porto Sul, tendo como objetivo o desenvolvimento sustentável, a integridade ambiental, e a manutenção das funções ecológicas e dos serviços ecossistêmicos, por meio de ações integradas destinadas a prevenir, em escala de paisagem, danos ambientais evitáveis e mitigar impactos não evitáveis.

18. Obrigações com clientes

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Venda a preços provisórios	8.838	13.906	8.838	13.906

Vendas de produtos com preço provisório praticado na emissão do faturamento, estão sujeitos a ajustes pela cotação da *commodity*, de minério de ferro, no período determinado no contrato de venda. No entanto, a Companhia entende que o preço de venda desses produtos pode ser mensurado de forma confiável a cada período, uma vez que o preço é cotado em um mercado ativo *commodities* de minério de ferro.

19. Partes relacionadas

(a) Transações e saldos

Os saldos com partes relacionadas possuem as seguintes composições:

	Controladora				Consolidado	
	2022		2021		2022	2021
	Controlada	Outras partes relacionadas	Controlada	Outras partes relacionadas	Outras partes relacionadas	Outras partes relacionadas
Ativo circulante						
<i>Cost Sharing Agreement</i> ⁸	2.046	9.980	7.297	4.895	9.980	4.895
Ativo não circulante						
Contratos de mútuo	-	17.676	-	21.667	17.676	21.667
Passivo não circulante						
Empréstimos	-	2.596.903	-	2.261.321	2.596.903	2.261.321
Passivo a descoberto						
Contribuição ao capital	-	1.341.900	-	1.020.817	1.341.900	1.020.817
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	-	323.128	-	159.854	324.659	159.854
Despesas financeiras	-	(121.506)	-	(273.079)	(123.065)	(273.079)
	-	201.622	-	(113.225)	201.594	(113.225)

⁸ *Cost Sharing Agreement* significa contrato de rateio de despesas.

A Companhia possui contrato de rateio de gastos administrativos (“*cost sharing*”) com as companhias Bahia Ferrovias S.A., Mineração Minas Bahia S.A. e Pedra Cinza Mineração Ltda. Os contratos de *cost sharing* possuem correção dos montantes rateados através do índice de inflação até a data de pagamento.

Os contratos de mútuo, entre a BAMIN e as companhias Mineração Minas Bahia S.A. e Pedra Cinza Mineração Ltda., assim como os contratos de empréstimos sob o formato de *Profit Participating Loans* (nota 2.14), entre as companhias Bahia Minerals, ERG e ERG Brazil, tiveram uma taxa de desconto de 9,25% (2021, 9,25%).

Os custos de empréstimos sob o formato *PPL* foram de R\$ 193.796 (2021, R\$ 165.653), sendo capitalizados R\$ 88.100 (2021, R\$ 51.801) para o ativo em construção, uma vez que parte significativa dos empréstimos sob o formato *PPL* tem como objetivo o desenvolvimento da infraestrutura da Mina PdF e do Porto Sul da Companhia. Os empréstimos sob o formato *PPL* tem estimativa de pagamento para o ano 2027, início da produção da Companhia em capacidade plena.

(b) Transações e movimentações

Os saldos com as partes relacionadas possuem a seguinte movimentação:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial em 1º de janeiro	2.227.462	1.769.557	2.227.462	1.769.557
Captação de recursos	784.493	488.148	784.493	488.148
Liberação de recursos	(1.867)	(8.768)	(1.867)	(8.768)
Juros e variação cambial, líquidos	55.394	323.420	55.394	323.420
Contribuição ao capital	(321.083)	(186.502)	(321.083)	(186.502)
Atualização com ajuste de valor justo (nota 28)	(177.198)	(158.393)	(177.198)	(158.393)
Saldo final em 31 de dezembro	2.567.201	2.227.462	2.567.201	2.227.462

(c) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores estatutários e demais diretores executivos. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados, substancialmente salários e encargos, em 2022 foi de R\$ 16.266 (2021, - R\$ 7.598).

20. Recuperação ambiental

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Recuperação ambiental	83.382	78.106	83.382	78.106

A BAMIN reconhece uma provisão referente à expectativa de recuperação ambiental e desmonte das estruturas presentes até a data, como parte das obrigações esperadas no plano de recuperação de áreas degradadas, principalmente, decorrentes da implantação dos empreendimentos da Companhia. O valor provisionado foi mensurado com base em valores de mercado para contratação de mão de obra especializada, locação de máquinas e equipamentos, remoção de pilhas, desmonte de máquinas, edificações, recuperação e reflorestamento das áreas impactadas.

21. Provisões

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Trabalhistas (i)	3.579	6.264	3.579	6.264
Tributária (ii)	3.353	3.190	3.353	3.190
Cível	-	24	-	24
	6.932	9.478	6.932	9.478

(i) A Companhia possui alguns consultores com dedicação exclusiva, que recebem seus salários por meio de pessoas jurídicas. Baseada na análise conjunta com seus assessores jurídicos, a Companhia decidiu reconhecer provisão para contingências visando cobrir eventuais prováveis perdas com processos judiciais, caso tais consultores fossem contratados como empregados da Companhia. Também foram reconhecidas provisões referentes a litígios trabalhistas classificados com probabilidade de perda provável.

(ii) A Companhia possui provisão tributária referente a verbas trabalhistas e recolhimento de contribuições previdenciárias não calculadas durante o período de 2009 a 2011. A exigibilidade da cobrança encontra-se

suspensa em face à discussão dos nossos assessores jurídicos com as autoridades competentes quanto à constituição dos autos do processo e incidência dos tributos questionados.

RISCOS DE PERDAS CONSIDERADOS POSSÍVEIS E, PORTANTO, NÃO PROVISIONADOS

Em 2022, foram identificados passivos contingentes provenientes de ações trabalhistas no montante de R\$ 2.684 (2021 – R\$ 1.269). No entanto, as ações cíveis representavam um passivo contingente de R\$ 2.464 (2021, R\$ 2.309). Estes litígios encontram-se em discussão e estão sendo acompanhados pelos nossos assessores jurídicos, que consideram sua perda como possível. Desta maneira, esses valores não estão provisionados. Não há causa relevante classificada como possível, todas são bem pulverizadas.

Conforme informações dos assessores jurídicos, não existem outras demandas judiciais contra a Companhia que possam impactar suas demonstrações contábeis e que venham requerer constituição de provisão além daquelas já registradas.

De acordo com a legislação vigente, as operações da Companhia estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais por prazos que variam em função da natureza dos tributos. Consequentemente, contingências que possam advir de eventuais fiscalizações não podem ser determinadas neste momento.

22. Patrimônio líquido negativo

(a) Capital social

O capital social autorizado está representado por 11.594.969 (onze milhões, quinhentas e noventa e quatro mil e novecentas e sessenta e nove) ações, no valor de R\$ 1,00 real cada, cujo valor integralizado corresponde a R\$ 10.955 e restando o valor de R\$ 640 a integralizar.

As ações estão distribuídas em 11.594.968 (onze milhões, quinhentas e noventa e quatro mil e novecentas e sessenta e oito) ações detidas pela companhia Bahia Minerals N.V. e 1 (uma) ação detida pela companhia Mineração Minas Bahia S.A.

(b) Contribuição ao capital

As contribuições ao capital estão representadas pelo montante acumulado de R\$ 1.341.900 (2021 – R\$ 1.020.817), sendo reconhecido em 2022 R\$ 321.083 (2021 – R\$ 186.502).

23. Receitas de venda de minério e inicialmente capitalizada

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita bruta	330.205	489.535	330.205	489.535
(+) Adições da receita bruta				
Acréscimos e variação de preço	26.115	-	26.115	-
(-) Deduções da receita bruta				
Abatimentos e variação de preço	(22.288)	(77.133)	(22.288)	(77.133)
ICMS	(2.459)	(21.971)	(2.459)	(21.971)
CFEM	(8.513)	(15.902)	(8.513)	(15.902)
COFINS	(1.369)	(12.245)	(1.369)	(12.245)
PIS	(297)	(2.658)	(297)	(2.658)
	321.394	359.626	321.394	359.626

Em 2021, a Companhia iniciou a fase de desenvolvimento do Projeto Pedra de Ferro com uma produção de até 1 milhão de toneladas de minério por ano, tendo como objetivo a evolução da escala do processo produtivo até a capacidade plena da Mina PdF, assim como, a apresentação do produto da Companhia para um mercado ativo de *commodities* de minério de ferro.

Os abatimentos e variações de preço são decorrentes da receita reconhecida pelo valor justo estimado da contraprestação total a receber, sendo o mecanismo de precificação provisória embutido nesses contratos caracterizado como um derivativo. Desta forma, o valor justo do ajuste final do preço de venda é reavaliado continuamente e as variações no valor justo são reconhecidas como receita de venda na demonstração do resultado.

24. Custo dos minérios vendidos

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Pessoal, serviços e materiais (i)	56.806	20.225	56.806	20.225
Custo inicialmente capitalizado (ii)	-	97.046	-	97.046
	56.806	117.271	56.806	117.271

(i) Custos decorrentes, principalmente, da evolução das atividades de desenvolvimento da Mina PdF.

(ii) A margem líquida, conforme abordagem contábil de reconhecimento de custos e gastos logísticos, equivalentes às receitas de vendas da fase de desenvolvimento do Projeto PdF, é obtida da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita líquida de vendas	296.445	359.626	296.445	359.626
Receita e custo inicialmente capitalizados	24.949	(97.046)	24.949	(97.046)
Custo com pessoal, serviços e materiais	(56.806)	(20.225)	(56.806)	(20.225)
Despesa com distribuição	(264.588)	(242.355)	(264.588)	(242.355)
Margem líquida	-	-	-	-

25. Despesas com distribuição

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fretes rodoviários, ferroviários e marítimos	155.714	142.422	155.714	142.422
Serviços logísticos	92.228	79.506	92.228	79.506
Manutenção (materiais e serviços)	10.999	9.640	10.999	9.640
Tributos	40	3.636	40	3.636
Outros	5.607	7.151	5.607	7.151
	264.588	242.355	264.588	242.355

26. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Serviços	77.672	52.276	112.549	59.953
Pessoal	39.692	25.064	70.866	34.782
Campanhas e eventos	9.510	407	10.400	3.728
Viagens e estadias	5.049	2.984	8.690	3.004
Tributos	3.572	3.015	6.070	3.040
Arrendamentos de curto prazo	3.465	4.000	5.590	7.269
Depreciação e amortização	2.255	3.444	2.352	3.444
Materiais	1.684	1.480	2.109	1.811
Seguros	489	910	489	2.143
Outros	4.581	5.439	3.558	6.073
	147.969	99.019	222.673	125.247

27. Outras receitas, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Reversões para contingências jurídicas	3.319	9.673	3.319	9.673
Provisões para contingências jurídicas	(773)	(1.422)	(773)	(1.422)
Indenizações	(927)	(382)	(1.133)	(382)
Ganho com intangível (nota 13 (i))	27.276	-	27.276	-
Outros	49	127	49	126
	28.944	7.996	28.738	7.995

28. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras				
Variação cambial ativa sobre empréstimos	145.662	-	145.662	-
Receitas de aplicação financeira	3.144	-	41.906	-
Atualização de valor justo (i)	177.198	158.393	177.198	158.393
Outras receitas financeiras	5.875	10.006	5.876	16.215
	331.879	168.399	370.642	174.608
Despesas financeiras				
Variação cambial passiva sobre empréstimos	-	(159.972)	-	(159.972)
Juros sobre empréstimos	(121.237)	(113.974)	(121.237)	(113.974)
Outras despesas financeiras	(17.609)	(2.868)	(17.678)	(2.877)
	(138.846)	(276.814)	(138.915)	(276.823)
	193.033	(108.415)	231.727	(102.215)

(i) As atualizações de valor justo de empréstimos são resultado de revisão do prazo estimado para o futuro pagamento dos empréstimos.

29. Eventos subsequentes

Em abril de 2023, o Grupo ERG e a Bahia Ferrovias assinaram um contrato de construção com o Consórcio TCR-10, formado pela empresa brasileira Tiisa e pela empresa chinesa CREC-10, responsável por executar obras de infraestrutura e superestrutura ferroviárias do lote 1F, do trecho 1 da Ferrovia de Integração Oeste-Leste. O Lote 1F engloba 126,4 km e passa pelos municípios de Ilhéus, Uruçuca, Ubaitaba, Gongogi, Itagiba, Aurelino Leal e Aiquara, no estado da Bahia. O prazo do contrato é de 36 meses, com valor de investimento de R\$ 1,1 bilhões.

Em abril de 2023, o Grupo ERG e a BAMIN assinaram um contrato de exclusividade de venda de minério de ferro de alta qualidade com média de 65,5-66% Fe. Garantindo assim a exportação de todos os volumes produzidos na Mina de Pedra de Ferro da BAMIN, em 2023.

Em setembro de 2023, o Grupo ERG, através do acionista controlador Bahia Minerals B.V. integralizou R\$ 640 mil reais como capital social em cumprimento ao estatuto societário da Companhia.

Composição da Diretoria e Gerência Geral Financeira

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Diretoria

Eduardo Ledsham
Diretor Presidente

Alexandre Aigner
Diretor

Alberto Vieira
Diretor

Gerência Geral Financeira

Pedro Machado
Gerente Geral Financeiro

Rilson Cruz
Contador
CRC BA 036891/O-5



www.bamin.com.br